

APRESENTAÇÃO

O décimo-primeiro número da Revista Direito e Democracia do Curso de Direito do Instituto Superior do Litoral do Paraná (Isulpar), finalizado no segundo semestre letivo de 2022, vem a público como resultado de um esforço empreendido por muitas mãos, fundamentalmente de pessoas que se voluntariam para escrever artigos científicos e compartilhar sua produção acadêmica e incansáveis revisores que orientam os autores a realizarem as alterações necessárias ao cumprimento das normas e prazos editoriais. Além desses, figuras primordiais para a consecução do novo número, exalto também o trabalho de nosso editor-chefe, Giovane Matheus Camargo, que exerce sua função com dedicação, profissionalismo e capacidade técnica ímpar.

No primeiro artigo da presente edição, intitulado “A pandemia e o impulsionamento da tecnologia no Judiciário: a urgente adaptação e o (in) suficiente acesso à Justiça”, os autores Gustavo Henrique Maia Garcia e Thainá Penha Pádua investigam a hiper virtualização do Poder Judiciário, impulsionada no período mais grave da pandemia. Tal fenômeno ocorre no contexto de crise da era analógica (incluídos os seus modelos, suas fórmulas, sua arquitetura, seus instrumentos e sua racionalidade) e o advento da era digital, evidenciando um tempo situado entre o passado e o futuro, que carece de reflexão acerca de possíveis violações a certos direitos fundamentais. Utilizando-se de uma metodologia amparada no método hermenêutico crítico-reflexivo, os autores buscam a construção de respostas circunstanciais ao problema posto, para aferir se essa transição representa um avanço ou um retrocesso, ressaltando a necessidade de se enfrentar desafios como o analfabetismo digital, as desigualdades regionais, econômicas e geracionais no tocante ao acesso à internet.

Da autoria de Joanes Otávio Gomes, o segundo artigo da Revista analisa a participação política eletrônica, destacando a necessidade da educação política na escola e na sociedade em razão da utilização do ciberespaço. Por meio de uma revisão bibliográfica, de caráter narrativo, os métodos qualitativo e descritivo foram utilizados para evidenciar a contextualização geral acerca da participação política eletrônica; caracterizar a necessidade da educação política na escola e na sociedade e definir o processo de utilização do ciberespaço para a inserção da educação política. Para tanto, as referências bibliográficas (com materiais em português, inglês e espanhol) utilizadas seguiram um critério de análise

do título e breve leitura do resumo de cada obra, sendo a delimitação temporal das obras, os últimos 10 anos.

O terceiro artigo, intitulado “Jurisdição no Estado Constitucional – Direito à tutela do direito”, autoria conjunta de João Victor Vieira de Sant’anna, Leila Diniz e Luciano José Machado do Amorim, investiga como a transformação da concepção do direito em face dos valores defendidos pelo Estado Constitucional influenciou o modo como a função jurisdicional deve ser encarada haja vista que a primazia pela tutela dos direitos implica em uma releitura desse instituto em relação ao modelo defendido pelo Estado Liberal. Em virtude dessa mudança de paradigma, os autores propõe um cotejo das funções jurisdicionais defendidas na época do Estado Liberal com as do Estado Constitucional, pretendendo destacar a importância da tutela do direito diante das garantias fundamentais.

Apresentado como o quarto artigo da Revista, intitulado “Reforma tributária a partir do STF: pontuais interações entre os sistemas político e jurídico”, cuja autoria é de Guilherme Cardoso Leite, em que se analisa a atuação da Suprema Corte brasileira, tendente a influenciar medidas que impactam a reforma da legislação tributária, senão do sistema tributário nacional definido constitucionalmente. Tendo como ponto de partida a identificação de diálogos institucionais, compreendidos como uma intersecção entre Direito e Política, conforme teorização lummaniana sobre sistemas, o autor empreende análises conceituais sobre ativismo e consequencialismo judiciais, bem como da jurisprudência de crise e, por meio da casuística, viabiliza o entendimento de como tais fenômenos têm sido implementados no dia-a-dia do STF no julgamento de temas tributários estruturais.

No quinto e último artigo do presente número da Revista Direito e Democracia, denominado “As questões de gênero no sistema prisional: travestis e transexuais o que ocorre com essa população na cadeia pública de Porto Alegre?”, da pena de Vera Lucia Martins dos Santos Veiga Rios, avaliam-se as questões de gênero no sistema prisional brasileiro. Na análise, o problema que orienta a pesquisa pode ser sintetizado na seguinte pergunta: em que medida a população de gays, bissexuais e travestis (GBT) é excluída no sistema penal brasileiro? A hipótese inicial, é de que essa população sofre exclusão no cárcere. Assim, o objetivo geral do texto consiste em avaliar as questões de gênero e verificar o que ocorre com a população GBT no sistema penal. Para tanto, os objetivos específicos se refletem na estrutura do texto em três seções, relacionadas à identidade de gênero no sistema penal brasileiro; condições no cumprimento da pena restritiva de

liberdade da população de gays, bissexuais e travestis na Cadeia Pública de Porto Alegre e as questões relacionadas ao abandono da população LGBT no cárcere. Utilizando-se do método de pesquisa hipotético-dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, é possível afirmar que as pessoas que não se encaixam na classificação binária homem/mulher são triplamente excluídas no cárcere.

Após a apresentação dos artigos que compõem o décimo-primeiro número da Revista Direito e Democracia, resta incentivar os leitores à análise dos textos, bem como solicitar a divulgação dos artigos entre seus pares, convidando-os a escreverem e enviarem novas contribuições para a próxima edição da Revista. Excelentes leituras e reflexões a todos.

Paranaguá-PR, novembro de 2022.

Professor Dr. Bruno Gasparini
Coordenador do Curso de Direito